

Plataformizados buscam maior remuneração

De acordo com profissionais, a regulamentação do trabalho em plataformas de app é essencial para vencimento mais justo

/ TRABALHO

Joaquim Porto

joaquimp@jcrs.com.br

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trabalhadores em plataformas de serviços cumpriram uma jornada média de 44,7 horas semanais em 2025, 5,4 horas a mais do que a jornada dos demais trabalhadores ocupados do setor privado, de 39,3 horas. Com isso, parte da classe busca regulamentar a função exercida e, citam que as horas trabalhadas a mais se dão por motivos da baixa remuneração das plataformas.

Conforme Carina Trindade, presidente do Sindicato dos Motoristas por Aplicativo do Rio Grande do Sul (Simtrapli-RS), o motorista de aplicativo trabalha mais horas por conta do valor das corridas ser muito baixo. “O trabalhador tem que fazer o valor para pagar o aluguel ou o carro próprio, manutenção, seguro veicular, rastreador, combustível e ainda conseguir se manter, levar dinheiro para casa. Como todo o custo fica a cargo do trabalhador, o turno é efetivamente maior do que o trabalhador CLT”.

Para ela, uma das soluções para equiparar as horas trabalhadas com os ganhos dos plataformizados seria a regulamentação do trabalho nas plataformas digitais, para que a classe não siga trabalhando mais e recebendo menos.

“Seria necessário diretrizes que coloquem um limite de valor que as plataformas peguem, além de um valor mínimo no quilômetro rodado. Enquanto não houver nenhum tipo de diretriz o trabalhador vai continuar ganhando menos. Uma hora a plataforma manda uma corrida com um valor muito bom (R\$ 2,50/km), outra hora manda um valor muito abaixo (R\$ 1,00/km). O trabalhador não tem a opção de não aceitar, ele precisa pagar suas despesas”, ressalta.

Nesse cenário, Joe Moraes, motorista de aplicativo de 61 anos, que está no ramo há mais de 10 anos, afirma que trabalha de 8 a 10 horas por dia. Segundo ele, com esse tempo, consegue se manter financeiramente, no entanto, se quisesse cobrir todas as suas despesas, seria preciso fazer em média 12 horas por dia.

“As tarifas estão muito baixas, são defasadas e já vem assim há muito tempo, além disso, os aplicativos ficam com uma gran-

de parte do que nós ganhamos”. Apoiado nisso, Moraes reforça a ideia de regulamentar o trabalho. “Estamos em busca de uma regulamentação nacional para a classe, que nos dê um amparo, uma cobertura de seguridade social, que as plataformas nos reconheçam e paguem tarifas melhores”, diz.

Já o entregador Jean Santos, de 23 anos, relata que começou a fazer entregas pelas plataformas há cerca de um ano, porém, dando foco maior nos últimos dois meses. Além disso, ele é estudante de Educação Física, conciliava o estágio com as entregas, mas, por conta da baixa remuneração do estágio, decidiu concentrar seu tempo nas entregas.

Hoje, Santos diz que não trabalha menos de 9 horas por dia. “A maioria das entregas que faço é de produtos de farmácia e de pet shops e, quando não tem nenhuma bonificação, a exemplo de dias de chuva, finais de semana, algumas plataformas se tornam perda de tempo por conta das taxas. Existe uma certa liberdade para o horário de trabalho, mas isso claramente vai influenciar muito na renda diária”, explica.

Na análise do advogado trabalhista Diego da Veiga, como sociedade, é necessário criar me-



FABIOLA CORREA/JC

Motoristas de aplicativo buscam melhores valores para as corridas

canismos que protejam o trabalhador, e regulamentar melhor as plataformas para que isso não se torne um problema para a sociedade, com trabalhadores cada vez mais precarizados.

“Esses trabalhadores podem se tornar um peso dentro do universo social, daqui uns anos, eles que vão estar mais à frente, utilizando benefícios previdenciários por doenças mentais e ocupacionais. É dever da união protegê-los, para pensar e entender como trabalhar um mecanismo de proteção para esses trabalhadores”.

Em junho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou a Convenção Nº 193, que busca garantir que todos os

trabalhadores de plataformas digitais, independentemente de sua situação de emprego, possam usufruir de direitos fundamentais e de proteção adequada, ao mesmo tempo em que reconhece as oportunidades criadas pelas plataformas digitais de trabalho.

“Sabemos que uma jornada de trabalho mais densa vai impactar diretamente na saúde. Entendo que deve haver uma preocupação de estabelecer algum freio para essa jornada, alguma qualificação ou questão contratual que não permita que ultrapasse tanto assim o número de horas que é considerado o ambiente de segurança do trabalhador”, conclui Veiga.

Uso de IA na área saúde é pauta no Health Meeting

/ SAÚDE

Jamil Aiquele

jamil@jcrs.com.br

A integração da Inteligência Artificial (IA) na gestão hospitalar com o objetivo de devolver o tempo dos profissionais de saúde para o cuidado humano foi o tema central do painel “Experiência em saúde, pessoas no centro das decisões na era da inteligência artificial”. O debate ocorreu ontem no primeiro dia do Health Meeting 2026, uma das maiores feiras de inovação, tecnologia e negócios em saúde do País, realizada no Centro de Eventos da Fiergs, em Porto Alegre (RS).

Moderado por Melina Schuch, superintendente de estratégia e mercado do Hospital Moinhos de Vento, o encontro reuniu quatro lideranças de grandes instituições de saúde do Brasil para discutir os impactos reais da tec-

nologia no cotidiano hospitalar e na experiência do paciente. O consenso entre os debatedores foi de que a nova tecnologia deve servir para resolver demandas burocráticas e analíticas, permitindo que as equipes voltem o foco para a assistência e o relacionamento com os pacientes.

Para Fernando Torelly, vice-presidente da Regional Sul do Rio de Janeiro da Rede D’Or, “o tempo economizado por sistemas que geram análises de dados instantâneas deve ser reinvestido na gestão de pessoas, em conversas e no contato com os pacientes”. Ele ressaltou que, por melhor que seja o cenário tecnológico, o acolhimento humano ainda dita a escolha do paciente.

Trazendo a perspectiva do acolhimento e comunicação, Marcos Riva, superintendente de pessoas, marcas e experiência no Hcor de São Paulo, destacou que “a agilidade prometida pelas inovações não deve ofuscar a

necessidade de escuta e comunicação eficaz”. Ele alertou que o contato presencial de qualidade gera níveis de satisfação muito maiores do que um simples atendimento rápido e impessoal.

No cenário de aplicação prática, Jader Pires, da Santa Casa de Porto Alegre, compartilhou como a instituição tem desenvolvido seu próprio núcleo interno de IA. “A IA pode recomendar, sinalizar, mas a decisão difícil, ela precisa ficar para ti, para tua responsabilidade, pra tua liderança”, explicou.

Falando dos desafios do interior, Bernardo da Costa, do Complexo Hospitalar Astrogildo de Azevedo, em Santa Maria (RS), relatou o esforço para modernizar processos em uma instituição centenária que atende a uma região de quase um milhão e meio de habitantes. “O foco é usar as inovações para tornar o nosso dia a dia mais produtivo, mas também mais saudável”.

Temporais atingem mais de 560 mil pessoas e deixam 4 mortos no RS

/ CLIMA

Ana Gonzalez

ana.teixeira@jcrs.com.br

A Defesa Civil do Rio Grande do Sul emitiu ontem um alerta de risco muito alto para inundação do Rio Caí na região de Montenegro. O alerta é válido até às 14h30min de hoje. Segundo painel da Rede de Monitoramento Hidrometeorológico, o nível do rio Caí na região abrangida pelo alerta subiu 5,57 metros do fim da tarde de domingo até o meio da tarde de ontem.

A Defesa Civil também emitiu alerta hidrológico para elevação do Lago Guaíba e possibilidade de atingimento da cota de inundação no bairro Arquipélago, em Porto Alegre, e áreas ribeirinhas do Sul e Extremo Sul da Capital. O alerta tem vigência até as 10h de sexta.

O último levantamento aponta que foram quatro óbitos e três

pessoas feridas em decorrência das chuvas e vendavais que atingiram o Estado na madrugada de segunda. Três das mortes aconteceram em Caxias do Sul e uma em Pelotas. Os feridos aconteceram nas cidades de Caxias do Sul, Açuá e Santa Maria. A Defesa Civil também registrou um desaparecimento durante os fenômenos climáticos. No total, foram 563.931 pessoas afetadas no Estado. Cerca de 700 pessoas ficaram desabrigadas, e outras 3.231 desalojadas. Mais de 2 mil casas foram destelhadas e 22 residências destruídas.

Pelotas foi o município com mais pessoas afetadas pelos efeitos do vendaval. Foram 336.151 pessoas e dois estabelecimentos públicos atingidos. Em Santa Vitória do Palmar, as ventanias afetaram 30 mil pessoas. Guaporé foi a cidade que mais registrou danos materiais: 685, entre casas danificadas ou alagadas.